PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

CARLA ALMEIDA

Foi um prazer entrevistar Raquel Kritsch para o projeto “Mulheres na Ciência Política”! Ouvi-la me fez pensar sobre a minha própria trajetória, desde os tempos de estudante até a docência. Na verdade, compartilhamos a experiência de uma geração de cientistas políticas que colaborou na construção desse campo profissional para além das fronteiras nas quais ele já estava reconhecido e consolidado décadas antes. A entrevista de Raquel Kritsch, nesse sentido, revela os caminhos singulares, constituídos por trajetórias individuais, que teceram a história da Ciência Política no Brasil segundo as condições, as oportunidades e os constrangimentos específicos de um período, de uma geração. Na sua avaliação da conjuntura brasileira, na exposição de suas posições teóricas e metodológicas e de suas escolhas e percursos de pesquisa, o que mais se destacou para mim na conversa com a Raquel Kritsch foi a sua paixão pelo “fenômeno do político”. Nessa entrevista, Raquel faz uma defesa rigorosamente fundamentada e bastante apaixonada de sua concepção do “fazer teoria política” e de como abordar a relação entre ideias, instituições e história. Ela nos conta também, de maneira aberta e forte, sobre a sua experiência de atuação no campo majoritariamente masculino da Ciência Política, compartilha conosco a sua experiência e enriquece nossa reflexão sobre a perspectiva das mulheres em espaços públicos marcados pelo poder masculino.

Auto-apresentação

RAQUEL KRITSCH

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2000), desde 2001 sou docente na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na qual atuo na graduação e na pós-graduação na área de teoria política e social e desenvolvo pesquisas junto ao Getepol (Grupo Estudos em Teoria Política). Neste período, tive oportunidade de aprofundar minhas investigações em dois estágios pós-doutorais: um financiado pela Capes na Universidade de Lisboa e na *London School of Economics and Political Science* (2007-2008); e outro financiado pelo CNPq no *LAI-Freie Universität Berlin* (2012-2014). Coordeno, desde 2015 – inicialmente em conjunto com Bernardo Ferreira (UERJ) e hoje com Rurion S. Melo (USP) –, a AT Teoria Política junto à ABCP. Meus temas centrais de pesquisa são: teoria política medieval, moderna e contemporânea, história do pensamento político, direitos humanos, Estado e soberania, teoria política feminista e debates de gênero.

Entrevista

Carla Almeida: *Em primeiro lugar, Raquel, agradeço muito a sua participação nesse projeto, é um prazer imenso estar aqui com você. A primeira pergunta é sobre sua trajetória como profissional – fique à vontade para responder como quiser. Você poderia nos apresentar a sua trajetória profissional, a sua formação e as suas filiações institucionais?*

Raquel Kritsch: Carla, eu é que agradeço imenso o convite. Inclusive, não acho que eu seja tão importante assim para ser entrevistada, há tantas mulheres lindas, poderosas na academia brasileira que merecem esse espaço... Fico até um pouco sem jeito. Por outro lado, me sinto muito honrada que vocês tenham me convidado; e obrigada por ter me passado o roteiro, que foi importante para eu me situar – sou o tipo de pessoa que precisa saber de onde parte e para onde vai! Vou tentar responder às questões que vocês colocam. Acho melhor falar primeiro da minha trajetória formativa. Começo por aí. Quando terminei o colégio, prestei vestibular para medicina. Fiz o colegial na área de biológicas. Passei raspando na primeira fase da Fuvest [Fundação Universitária para o Vestibular] e entrei em crise – literalmente, tive uma convulsão – quando pensei que teria de ser médica, que veria pessoas morrerem, que teria de lidar com a vida e com a morte. Minha família me impulsionava muito para a medicina. No fundo, eu queria ser bióloga; era apaixonada por biologia genética desde o colégio – uma área que ainda não tinha visibilidade entre nós, mas que me fascinava. Por razões familiares, fui muito desmotivada. Fui para as provas um tanto sem pensar; era jovem, tinha dezessete anos. Quando vi que aquilo podia virar algo sério, tive um baque. Lembro-me que chorei muito e pedi à minha mãe que compreendesse minha decisão de não querer ser médica. Depois disso, fiquei por algum tempo perdida, sem saber bem o que faria da vida. Fui trabalhar em empresa privada, onde passei três ou quatro anos; primeiro, trabalhei como secretária, fiz curso técnico e tudo. Aos poucos, fui fazendo carreira na iniciativa privada como assessora administrativa, gestora... Tinha um pouco de talento para os negócios. Passados uns quatro anos, resolvi voltar aos estudos. Pensava comigo: "Sem faculdade não vou a chegar a lugar nenhum".

CA: *Isso foi em que cidade?*

RK: São Paulo. Nasci e me criei em São Paulo. Resolvi voltar aos estudos e fui para um curso pré-vestibular – o Anglo, na Liberdade – com a intenção de me preparar para o vestibular do curso de Economia. Em uma aula brilhante de história do Brasil, com o inesquecível professor Jucenir [da Silva Rocha], descobri a existência de uma disciplina que eu ignorava por completo existir. Eu, que era uma típica filha da despolitização promovida na educação e em vários outros setores pelo regime militar, descobri a Ciência Política e perguntei ao Jucenir: "Mas existe uma ciência da política?! Jurava que você era historiador", ao que ele me respondeu que era formado em Ciência Política, com mestrado nessa área também. Nunca tinha ouvido falar que existisse isso. Fui me informar e fiquei encantada com a ideia, porque já gostava muito de política, da política do dia a dia, não ainda do político como fenômeno. Estava começando a descobrir que isso existia e, em muito pouco tempo, a minha escolha estava feita: decidi que prestaria o vestibular para Ciências Sociais na USP [Universidade de São Paulo] para me inteirar mais sobre a tal da Ciência Política. No entanto, para não me frustrar completamente nem deixar todos os antigos planos para trás, e também para não correr o risco de me decepcionar completamente caso achasse que a Ciência Política não fosse nada do eu que esperava, prestei Economia na PUC [Pontifícia Universidade Católica]. Em 1987, ingressei

nos dois cursos. Daí em diante, praticamente, meu tempo foi todo dedicado a isso. Os três primeiros meses dos cursos foram muito decisivos para a minha vida. Eu vinha já com algum conhecimento prático do mundo do trabalho; inclusive, tinha trabalhado em uma empresa alemã, a Getoflex Metzeler, como secretária da área de projetos industriais, mas acompanhando o chão de fábrica, a vida da indústria. Tinha razoável experiência prática sobre o que era o mundo dos negócios e da produção. Três ou quatro anos até pode não ser bastante, mas já era alguma coisa para a idade que tinha. E, para mim, ficou muito claro, já nos primeiros meses dos cursos universitários, que o que estava por detrás da prática e do que se via na experiência vivida e no mundo que se nos aparece poderia ser analisado, compreendido e muitas vezes "decodificado" de uma maneira que amiúde se distanciava abissalmente daquilo que se enxergava à primeira vista. Ou seja, que entre as explicações teóricas e a prática havia um universo impressionante, e também uma grande distância. Não estou supervalorizando a teoria, mas apenas dizendo que, com frequência, a explicação por detrás do fenômeno social requer um grau bastante elevado de reflexividade e de conhecimentos a respeito do que já foi produzido sobre aquele assunto, que leva à abstração teórica. Por isso, desde o início, valorizei muito uma formação teórica sólida. Me lembro que, quando estava lendo Karl Marx e me pus a tentar entender a teoria do valor-trabalho, pensava comigo mesma que era impressionante o que se podia enxergar quando se faz reflexões abstratas e se teoriza sobre o mundo real.

CA: *Isso também foi o que mais me impressionou quando comecei a me dar conta dos conceitos.*

RK: Jura? Como somos marcada(o)s !

CA: *Quando se descobre o conceito, o que ele representa, as coisas abstratas e, ao mesmo tempo, tão reveladoras...*

RK: Ter uma formação teórica consistente foi, desde o início, muito importante para mim; mas também me importava não restringir tanto, que não fosse com um grau tão excessivo de especialização como o que via em certos colegas que só sabiam falar de um único assunto e de mais nada além daquele pedacinho do mundo. Essas duas questões me pareciam fundamentais para garantir alguma solidez, vamos dizer assim, ao conhecimento naquela época da minha vida. Naquele momento, o debate acadêmico sinalizava muito fortemente para a importância de uma formação interdisciplinar capaz de combinar instrução específica com a capacidade de diálogo com as áreas vizinhas. Na minha graduação, *interdisciplinaridade* foi uma palavra em voga. Com essas ideias no meu horizonte, passei a me dedicar intensamente aos estudos e adotei as Ciências Sociais como o curso norteador da minha formação profissional, enquanto a Economia e, dois anos e meio mais tarde, a Filosofia – que frequentei por quase três anos – seriam os cursos complementares. Achava que a Economia era importante para entender a Ciência Política; depois, pensei o mesmo sobre a Filosofia, especialmente a Filosofia Política, que era fundamental para entender a teoria por trás da Ciência Política. Isso "atrasou" a minha graduação porque, em paralelo às Ciências Sociais, fiz dois anos e meio de Economia e dois anos e meio de Filosofia. Como já disse, comecei na PUC, mas descobri rapidamente que a USP era uma mãe, que a universidade pública era uma mãe! Havia uma resolução interna, a 3.065 – nunca vou me esquecer! –, que permitia a todo estudante frequentar qualquer curso da USP, inclusive trazendo as disciplinas para dentro do histórico escolar. Quando soube, mudei imediatamente da Economia da PUC, que era paga, para a FEA [Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade].

CA: *Você mudou antes de terminar o curso de Economia?*

RK: Sim. Mudei já no segundo semestre. Toda minha formação mais "dura" em Economia, de História do Pensamento Econômico a Economia Brasileira, foi feita depois, na FEA; e foi tudo incluído no meu histórico escolar. Inclusive, podia validar se eu quisesse um outro diploma, mas nunca me importei muito com isso. Foi pesado. Houve uma época em que eu fazia FEA de manhã, Sociais à tarde e Filosofia à noite. Não cursava todas as disciplinas de cada curso, evidentemente, mas muitas. Eu morava no Crusp [Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo], portanto era factível. Vivia 24 horas por dia dentro da USP: acordava tomando café no bandejão do Crusp e dormia no 104 do Bloco F.

CA: *Mesmo você morando em São Paulo?*

RK: Não, a minha família morava, nessa época, em Guarulhos. Por isso, o Sebec [Serviço de Bem-Estar à Comunidade] aceitou a minha candidatura ao Crusp, por causa das minhas muitas atividades que, de fato, tinha como comprovar estar fazendo mesmo... (risos)

CA: *Sim, 24 horas... (risos) E dentro das Ciências Sociais, você queria a Ciência Política desde o início. Antes de entrar no curso, inclusive.*

RK: Antes de entrar o que me moveu foi o entusiasmo em saber que existia uma disciplina acadêmica e científica que lidasse com a política. Mas a paixão, a minha vocação, descobri mesmo no primeiro semestre de Ciências Sociais, quando constatei que, de fato, amava a Ciência Política, porque tive o privilégio de ter sido iniciada nessa disciplina pela Malu, a Maria Lúcia Montes, que infelizmente já não está mais entre nós. Ela era uma professora incrível! Extremamente sedutora, terrivelmente sedutora! Ela roubou para sempre a minha alma para a Ciência Política. O Maquiavel dela era impecável! Ela havia traduzido o *Maquiavel*, do [Quentin] Skinner. Era uma pessoa que sabia apresentar aos alunos – aí sim – o fenômeno do político como ninguém. Fui muito marcada pela Maria Lúcia Montes nesse ingresso; e logo de início ficou muito claro que a minha vocação era para a Ciência Política. Também percebi a minha afinidade com a teoria nesse processo, e ela era uma das raras mulheres da área de teoria. Havia a Célia Quirino, que era maravilhosa, um pouco a "mãe" de todas, a Teka – Teresa Sadek –, que gostava muito de ministrar os cursos formativos, e a Maria Lúcia Montes. E parava aí. Logo depois, a Maria Lúcia Montes foi para a Antropologia, virou antropóloga, por conta das brigas internas da USP, mas isso não vem ao caso. E a Teka acabou se especializando nos estudos sobre judiciário, que à época era uma área de estudos nova, e terminou também se afastando da teoria. Eu gostava muito de teoria, mas política brasileira também me interessava muito. Depois de cursar as duas disciplinas de Instituições Políticas Brasileiras – primeiro com a Maria Hermínia [Tavares de Almeida], depois com o Régis [Stephan de Castro Andrade], que já morreu também, e que se tornou um grande amigo –, passei a acompanhar de muito perto a vida política nacional a ponto de cobrir as eleições de 1988 até 1991, como *freelancer*, para a Folha de S. Paulo. Cobri tudo o que aconteceu naquele período. Acompanhei, ao vivo, como repórter, os debates entre o(a)s candidato(a)s, a vitória da Erundina na prefeitura de São Paulo e, depois da vitória, entrevistei-a, juntamente com Andreas Hofbauer, que logo depois se tornaria meu companheiro de vida, parceiro em uma longa relação que dura até hoje! Nós entrevistamos a Erundina para uma revista austríaca, a MOZ [*Alternative Monatszeitschrift für Politik, Wirtschaft und Kultur*]. Também acompanhei os debates presidenciais, o confronto Lula–Collor. A vitória golpista do Fernando Collor naquele fatídico debate em que a Rede Globo, mais uma vez, cumpriu um papel lamentável. Enfim, estive muito perto dos bastidores do poder por alguns anos e isso me fez enxergar coisas muito importantes sobre os usos e as práticas da política brasileira; me possibilitou

ver/conhecer, de uma forma muito particular, as instituições sociopolíticas do país e os modos de operar que essas instituições me pareciam apresentar – havia feito Instituições Políticas Brasileiras, aprendido um monte de coisas sobre autoritarismo, patrimonialismo e todas as discussões até Faoro, que era o marco delimitador de até onde iam as discussões desses cursos, do Brasil império a Raimundo Faoro, os clássicos cursos de Instituições. Olhava para aquilo e pensava: "Nossa, é um pouco pior ainda!" (risos). A essa altura, já estava quase terminando a graduação e começava a pensar no que fazer dali em diante, apesar do elemento Collor de Mello no debate da Ciência Política uspiana – e somos muito reféns das formações que temos.

CA: *Das instituições...*

RK: Sim, sobretudo das instituições em que nos formamos. Eu circulava naqueles debates internos à USP e, no máximo, nas disputas dos uspianos com outras instituições; enfim, vivia muito em torno da USP e dos uspianos. E era muito visível: os mais renomados pesquisadores da casa e do país insistiam que era preciso fazer avançar o processo de consolidação de um estado democrático de direito no Brasil; e a meta desse processo de consolidação era o equilíbrio institucional experimentado nas tais das "democracias desenvolvidas", como os Estados Unidos e as democracias europeias. Esse era o norte da intelectualidade. Apesar do crescimento institucional que a Constituição de 1988 havia possibilitado, e que, de fato, estávamos parecendo experimentar naquele momento, que, segundo alguns – e havia gente muito otimista naquele momento – apontava para uma possível inserção do Brasil no conjunto dos países ditos *desenvolvidos*; havia então uma certa euforia nessa direção, apesar do Collor, que cresceu bastante depois do seu *impeachment* e fez aumentar ainda tais expectativas de um Brasil "primeiro-mundista", eu acreditava que o Brasil e suas instituições precisariam ser analisadas de uma maneira diferente, mais acurada, a partir de categorias conceituais mais próximas da nossa formação sociopolítica.

CA: *Quando você diz isso, está querendo dizer que o Brasil era muito olhado a partir de lentes teóricas e conceituais...*

RK: Estrangeiras a nós. E também achava que os modelos ou paradigmas importados de nações politicamente bem-sucedidas nos ajudariam muitíssimo pouco. Eu tinha bastante convicção a esse respeito. Aqueles curtos mas intensos anos de convivência com a política "como ela é" – diria o Nelson Rodrigues – que eu havia experimentado até ali me faziam acreditar que a velha dicotomia – a nós ensinada pela literatura das instituições – entre "país legal" e "país real" não tinha sido superada, apesar do inegável vanguardismo da Constituição de 1988. Não vou negar que era uma bela Constituição, oferecia instrumentos muito interessantes para a implementação de instituições políticas novas e promissoras. Por outro lado, eu estava convencida de que as noções que povoavam o nosso vocabulário político, bem como as ferramentas que mobilizávamos para viabilizar os vários projetos de país em disputa, fosse na academia, fosse na imprensa – que tinha uma qualidade excepcional, hoje já não mais tão disponível; tínhamos intelectuais públicos que dispunham de grande "coragem civil", como Renato Janine [Ribeiro], Luiz Werneck Vianna, Marilena Chaui, enfim, um sem número de intelectuais de peso que intervinham constantemente no debate público em colunas de opinião, no saudoso "Tendências e Debates" da Folha, etc. –, não traduziam, na maioria das vezes, a nossa realidade sociocultural e política e estavam muito mais ligadas a um desenvolvimento histórico específico que tinha ocorrido no continente europeu e na América do norte. De certa maneira, já nesse momento, o meu compromisso com a análise histórica, que posteriormente marcaria de maneira profunda a minha trajetória acadêmica, já começava a ficar bastante evidente. O ponto é que eu enxergava um descompasso muito grande entre a nossa formação social, as nossas práticas políticas e sociais e os tipos de instituições que nossa recente

democracia procurava forjar. Em minha opinião, havia uma crença muito disseminada entre os intelectuais, sobretudo das humanidades, no que vou chamar de *papel pedagógico* da lei e das instituições. Uma crença da qual eu desconfiava profundamente – se é que não discordava totalmente dessa tese! Para mim, era preciso, primeiro, procurar compreender quais condições sociopolíticas foram necessárias para consolidar instituições como o estado de direito ou a democracia no tal do *norte global* – que à época chamávamos de "primeiro mundo", termo hoje politicamente muito incorreto. Depois, verificar se essas condições, ou ao menos parte delas, poderiam ser encontradas entre nós, deveríamos partir para um outro tipo de abordagem. Esse meu posicionamento se devia, em parte, à minha formação até ali que me fazia divergir, de certo modo, de boa parte dos entusiastas institucionalistas da redemocratização na academia. Brigava muito – no sentido positivo da palavra – nos corredores com o [Fernando] Limongi, obviamente! Tive disputas acirradas e discussões acaloradas com aquele hobbesiano sem alma! (Risos) Brincadeira! Foram sempre discussões muito interessantes e intelectualmente desafiadoras, apesar do seu modo "durão" de debater...

CA: *Ele representava bem essa visão que você está apresentando? Uma visão institucionalista?*

RK: Ele não era o mais radical, não. Nem de longe. O Limongi sempre foi um cientista e, por isso, sempre esteve aberto ao questionamento. Ele se permitia ser questionado, o que era muito raro entre professores da USP; esse tributo eu tenho de prestar a ele. Inclusive, em seus textos mais recentes, ele enveredou por uma senda que me parece bem diferente daquela do início dos anos 1990. Mas, voltando ao meu ponto, estava dizendo que eu entendia que o florescimento e a consolidação das instituições não poderiam advir apenas de um ato de implementação. Não bastava que elas passassem a ter uma existência formal, e sim eu estava convencida de que, para se mostrarem eficazes, as instituições de uma sociedade precisavam refletir valores e normas que encontrassem ressonância junto aos seus endereçados. O ensinamento, evidentemente, vinha de Montesquieu, para quem as leis, para serem eficazes, teriam de refletir o espírito de um povo. Ou de Rousseau, que afirmava dever a lei estar inscrita nas mentes e nos corações dos seres aos quais se destina. Isso eu não conseguia ver na nossa recém-inaugurada república. Além desse descompasso que eu enxergava entre a nossa formação social e os tipos de instituições que a nossa jovem democracia estava procurando forjar, ou seja, aquela impressão de que a intelectualidade operava muito mais com a mente fixada no país legal e num ideal de república que nos era um tanto alheio do que com cidadãos de carne e osso e suas práticas e as instituições reais (esse então o meu primeiro grande desconforto), também me incomodava, desde os primeiros anos da graduação, apesar do meu amor e paixão pela Malu, o fato de a Ciência Política ser apresentada como um campo de reflexão que teria tido como *founding father*, como gênio fundador, um florentino obscuro, um tal de Nicolau Maquiavel (risos). Me parecia muito estranha essa ideia de que um único homem pudesse, em um ato de genialidade suprema, ter criado e sedimentado alguns dos princípios fundamentais de toda uma área do conhecimento. Mais uma vez... acho que temos uma coisa em comum, não é?

CA: *É, porque me chamou a atenção o que você está falando: Maquiavel seria "o" fundador, esquecendo-se de outros fundadores.*

RK: É. Nesse ponto, transparecia claramente não só o meu compromisso metodológico indelével com a abordagem de caráter histórico, mas também a minha desconfiança e discordância intelectual profunda em relação à aplicação, às Ciências Humanas, da proposição kuhniana – Thomas Kuhn, o filósofo da ciência – de que a ciência caminha e se desenvolve por meio das revoluções científicas que são impulsionadas, por sua vez, por *insights* brilhantes de certos cientistas únicos e geniais –

como Einstein, Newton, Maquiavel – em determinados momentos históricos. É a tese básica do Kuhn: *insights* que depois terminam por inaugurar novos paradigmas científicos. A estrutura das revoluções científicas se dá pelos *insights* e pelos grandes momentos de ruptura com o conhecimento sedimentado. Naquela época, eram bastante recorrentes entre acadêmicos brasileiros explicações desse tipo. As grandes rupturas eram um modo de interpretar muito bem quisto e adotado por aqui. E assim também começava, na USP, o nosso primeiro semestre de Ciência Política: Maquiavel teria sido o pai fundador da disciplina, o primeiro a distinguir moral de política, ou, mais especificamente, a distinguir moralidade religiosa de moralidade política. Minha intuição e minhas leituras haviam me conduzido muito mais à aceitação da tese oposta: a de que os progressos científicos e os novos instrumentos de transformação que podem resultar desses progressos, especialmente no campo das Ciências Humanas, eram muito mais fruto do conhecimento acumulado ao longo dos séculos do que um ato de genialidade desse ou daquele pensador. A tese mais plausível me parecia ser sustentar que certos pensadores, no fundo, sintetizavam e traduziam melhor do que outros certas ideias e conceitos que muitos dos seus contemporâneos também podiam entrever ou, de certo modo, também percebiam, mas não formularam de uma maneira tão adequada. Parafraseando o Edmund Burke, eu estava convencida de que novas ideias e novas instituições não eram forjadas na escrivaninha de algum filósofo, e sim que elas resultavam de longos e lentos processos de maturação e de transformação, baseados em leituras e releituras da realidade, cujos elementos iam, gradativamente, sendo acrescentados, como os tijolinhos de uma construção, até culminarem em um arranjo ou rearranjo das relações políticas e sociais que, aí sim, poderiam ser formulados por um Hobbes ou por um Maquiavel de maneira redonda, perfeitamente amarrada. Esses dois incômodos teóricos e as reflexões que eles suscitavam em mim acabaram, no fundo, me conduzindo, em inícios dos anos 1990, ao objeto do que viria a ser a minha pesquisa de mestrado: estudar o surgimento e a construção da moderna noção de soberania. Mas não partindo de clássicos como Jean Bodin ou Thomas Hobbes, nos quais essa noção já aparecia cristalizada – que era o que se fazia tradicionalmente aqui, salvo raríssimas exceções –, e sim fazer esse trabalho procurando reconstruir, até onde é possível fazer reconstrução a partir do presente e no presente, o desenvolvimento da noção de soberania desde as suas primeiras formulações até a sua consolidação no período renascentista. Sabemos que o primeiro registro de que se tem notícia sobre o vocábulo *souveraine* [soberano] foi encontrado nos escritos de Philippe de Beaumanoir, um preposto do rei francês, que escreveu em 1273. *Souveraine* é uma palavra nova, que servia para designar aquele que está acima de todos. O ponto era mostrar que a matéria-prima conceitual acumulada de que um Maquiavel, um Bodin ou um Hobbes dispuseram para escrever seus grandes e geniais livros, que essa matéria-prima necessária para que eles pudessem formular a definição de soberania que mais tarde se tornaria canônica na história do pensamento político ocidental – a soberania como direito de mando político coercitivo e de jurisdição exclusiva sobre um determinado território e que vai acabar sendo um elemento totalmente definidor do Estado moderno, embora não se confunda com ele (são dois processos paralelos, mas não iguais de desenvolvimento histórico) – não havia surgido de um momento para o outro, e sim era fruto de um longo e disputado processo de uma construção conceitual. Munida dessas ideias e de um material histórico e teórico que me ajudava a sustentar essa tese, dediquei-me de corpo e alma a essa pesquisa, que me situava definitivamente no campo da teoria política, apesar da minha paixão pelas instituições brasileiras – nunca deixei de acompanhar a vida político-institucional do país; leio jornal todas as manhãs, seja *on-line*, seja em papel, e procuro acompanhar, na medida do possível, a produção de alguns colegas. Acho que não podemos teorizar sobre o *nihil*: nada surge do nada. Precisamos de matéria-prima concreta para as nossas reflexões teóricas; mas o fato é que acabei realmente me perdendo para a teoria política. Em 1991, outro acontecimento marcou a minha vida e esta minha decisão: na passagem do fim da graduação para o mestrado, um conjunto de profissionais e de jovens – estudantes interessados em teoria política, dentre os quais eu me incluía

– fundou o tal do grupo de teoria política do IEA [Instituto de Estudos Avançados]; sou meio que cofundadora do grupo – integrava a "ala jovem" que ajudava a tocar os trabalhos. Com o tempo, o grupo passou a ser conhecido, a promover eventos importantes e a produzir *working papers* etc.; contava com profissionais incríveis, de filiações intelectuais variadas: Célia Quirino, Walquíria Leão Rego, Claudio Vouga, Gabriel Cohn, Rolf Kuntz... Não vou lembrar de todos os nomes agora, mas eles estão na lista do conselho. Era um grupo extremamente heterogêneo, mas também muito apaixonado por teoria política, formado majoritariamente por cientistas políticos e filósofos, que se reunia quinzenalmente para debater *papers* e/ou textos de teoria política, com o objetivo de incrementar a produção de conhecimento na área. Em minha opinião, foi o primeiro embrião da profissionalização da área de teoria política no Brasil, de fato. Mais tarde, surgiriam outras iniciativas em outras instituições e Estados; mas ali teve início um esforço pioneiro que eu considero ter rendido bons frutos. Muita gente da área passou por ali.

CA: *Isso em que ano?*

RK: O nosso grupo foi criado em 1991. Infelizmente, ele foi extinto pela nova diretoria do IEA em 1997. Era um balão de ensaio muito interessante. Brigávamos e discutíamos com imensa dureza uns com os outros, havia quem não deixasse escapar um único errinho teórico ali – o Rolf era um. Ai de quem usasse o conceito equivocadamente! Ele era da filosofia política e estava ali sempre a nos chamar a atenção e, cordialmente, a dizer: "Desculpa, mas Locke não falou isso", "Maquiavel nunca escreveu isso!". Os embates eram duros, mas sempre, sempre baseados em um enorme respeito e em grande profissionalismo de uns para com os outros. Essa experiência preciosa junto ao grupo de teoria política do IEA foi fundamental para que eu aprendesse não só o valor, mas, sobretudo, a prática do respeito à diversidade de opiniões, o valor e a prática do respeito às visões do mundo e às visões de ciência de cada pesquisa/pesquisador/a. Dali, trago grandes lições. Nós aprendíamos a cada reunião que não havia uma teoria política, mas que havia muitas maneiras de pensar, fazer e operar a/com a teoria política. Muito do que está escrito e defendido naquela apresentação do dossiê sobre teoria política contemporânea organizado em 2017 para a Lua Nova tem inspiração do grupo do IEA.

CA: *Esses grupos marcaram profundamente as nossas trajetórias.*

RK: É incrível.

CA: *O ethos profissional.*

RK: O *ethos* profissional. O profissionalismo do grupo me marcou muito, mas também o respeito. Não digo nem tolerância apenas, porque nos respeitávamos. Foram ali seis anos de aprendizado muito frutífero que ajudaram a estabelecer, sim, um novo tipo de demanda. A teoria política tem de ser levada a sério. É preciso fazê-la com rigor e método; ela tem de ser dura, profissional... Precisa-se ler as coisas. Nossa, já falei demais!

CA: *Fique à vontade para falar. Só que em alguns momentos vou ter de te colocar outras questões.*

RK: Vou resumir. Dali para frente, fui para o mestrado; já falei um pouco sobre o que fiz.

CA: *Falou também como você chegou à teoria política, do que te encantou ali.*

RK: Sim, os meus compromissos metodológicos. Vou sintetizar muito, pois está escrito em outros lugares. Minha tese foi publicada em livro e está lá. Fui então atrás da noção de soberania, porque

ela me permitia começar em um momento histórico relativamente definido, o século XIII. Na verdade, começo na questão das investiduras, no século XI, para mostrar que, de uma maneira genérica, as disputas que a ideia de soberania vai mobilizar adiante já estavam parcialmente colocadas na briga papado-império; elas já haviam se manifestado de algum modo na disputa entre o imperador do Sacro Império, Henrique IV, e o Papa Gregório VII, que ficou conhecida como a Querela das Investiduras, que começa em 1075 e dura até 1122. Esta foi uma grande disputa, uma briga entre juristas civilistas e canonistas para definir qual das duas autoridades dava a última palavra. O poder de mando último já era disputado a dentes, mas a ideia e a palavra *soberania* não estavam disponíveis ainda. Nesse material, vou mostrando os movimentos históricos que permitiram chegar à ideia do soberano e ao nascimento das monarquias, nas quais os reis surgem agora como novos atores e vão reivindicar o monopólio da força e de jurisdição exclusiva. Passo pela síntese de Tomás de Aquino, que recupera os gregos e cristianiza Aristóteles, um movimento que iria permitir a emergência de um novo vocabulário para a política e livrá-la do impasse entre o papado e o império, materializado na teoria das duas espadas. Vou até as disputas dos chamados papas juristas, dos quais o Egídio Romano é um dos grandes expoentes, com as casas reais emergentes. Romano era um intelectual da *ecclesia* e criou uma teoria do absolutismo papal. A teoria do poder absoluto não nasce dos reis absolutos; ela nasce dentro da igreja! Quando começamos com Maquiavel, isso não nos é mostrado! Ficamos com a sensação de que ele pensou um mundo novo a partir unicamente da sua mente brilhante...

CA: *Sim.*

RK: O ponto era demostrar isso, demonstrar como Jean Quidort, ou Jean de Paris – um escritor da virada do século XIII para o XIV, oponente intelectual de Egídio Romano e ligado à casa real francesa, ao rei Felipe IV, o Belo –, vai se apropriar dessa teoria absolutista da igreja para os reis, vai secularizá-la para uso dos poderes locais e reais. Há também, nesse período, o imperador como um terceiro elemento da disputa: ainda haveria grandes defensores do imperador, como Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham, que iriam desenvolver muito essa teoria da concentração dos poderes e do poder supremo nas mãos do poder terreno e secular. Mas paro aí, justamente para mostrar que estava tudo muito pronto quando Maquiavel, Bodin e Hobbes escrevem. Já havia um arsenal de conceitos, ideias, teorias sistematizadas quando esses pensadores tão geniais do nosso panteão produzem suas obras magnas...

CA: *Os fundadores? (risos)*

RK: Os tais fundadores (risos). Isso foi difícil de fazer na USP. Nunca vou me esquecer quando o [José Augusto] Gilhon, na banca do mestrado, disse que aquilo era trabalho para ser feito na filosofia, ao que eu respondi: "Acho que isso é teoria e é parte de uma teoria política bem informada". Eu era uma menina, não tinha muito recurso para brigar com ele e dizer o quanto isso poderia ser útil em um curso de Ciência Política. Apesar da resistência dele, acabei sendo até bem aprovada. Curiosamente, a prova cabal disso veio quando fui fazer um pós-doutorado, em 2007: uma parte foi feita na *London School of Economics and Political Science*, com a Janet Coleman, uma medievalista que também tinha entrada em teoria contemporânea, e que estava abrigada onde? No *Department of Government*! Na Escola de Governo da *LSE.* Qual era uma das disciplinas do primeiro semestre de curso daqueles jovens futuros primeiros-ministros britânicos? Teoria política clássica e medieval, gregos e medievais. Quem vai ser ministro de Estado tinha de passar pelos medievais. Foi bastante difícil levar a cabo um trabalho desse tipo numa era pré-digital, em um tempo em que as fontes eram muito escassas e de dificílimo acesso; mas quando terminei o trabalho, que era inicialmente um mestrado e acabou se tornando um doutorado-direto, eu estava convencida de que fazia sentido

criar uma área de estudo em teoria política medieval no país. Tentei tantas vezes (risos), que uns anos depois a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] e o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] criaram na subárea da teoria política uma subárea chamada *teoria política medieval*, embora hoje ainda haja poucos teóricos políticos medievais no Brasil.

CA: *E não cabia nas outras subáreas.*

RK: Não, porque não era nem moderna, nem contemporânea: a pesquisa parava no século XIV. Foi muito interessante fazê-la. Depois de cursar os créditos obrigatórios e qualificar, tranquei o mestrado e passei dois anos fora do Brasil. Primeiro, em Salzburgo, porque precisava de literatura e de material alemão, para recolher fontes bibliográficas para essas discussões, sobretudo os debates sobre as investiduras e São Tomás de Aquino, sobre o qual existe uma grande discussão política em língua alemã. A cidade também conta um centro importante de produção em teoria medieval e está ao lado de Munique, outro grande centro, o que, para mim, foi excelente. A única dificuldade era conviver com os teólogos, porque a maioria dos medievalistas é, basicamente, composta por padres e/ou teólogos. Era um tanto distante de mim, não tinha nada a ver com isso! (risos)

CA: *Você foi com bolsa, Raquel?*

RK: Fui bolsista Capes no mestrado, mas tranquei. No final de 1992, participei de um processo seletivo da Konrad-Adenauer-Stiftung, que era justamente para um mestrado sanduíche. Só que justamente naquele ano eles estavam mudando a política de bolsas: já não queriam mais financiar mestrado sanduíche; solicitaram aos postulantes que defendessem em até três meses, para que fôssemos para o doutorado sanduíche. Me recusei, porque achei que ainda faltava muita coisa; queria fazer a pesquisa com calma, não queria fazer qualquer coisa. Acabei não ganhando a bolsa, evidentemente. Portanto, tranquei a USP; por um daqueles acasos, Andreas estava indo dar um curso na Universidade de Viena, iria passar um semestre lá, e pensei: "Vou pegar uma carona!".

CA: *Vocês já estavam casados?*

RK: Nós já morávamos juntos há algum tempo. Namorávamos desde 1989, desde a entrevista com a Erundina! (risos)

CA: *Que coisa! Conheceu o companheiro na entrevista com a Erundina! (risos)*

RK: Pois é. Ele já era doutor em etnologia quando chegou ao Brasil; fazia um *pós-doc* e, a certa altura, foi dar aula em Viena; acompanhei-o. Acabei ficando em Salzburgo, porque era um centro em estudos medievais e próximo a Munique. Fiz as pesquisas relativas à querela das investiduras e colhi material para o capítulo sobre Aquino. Depois, passei uma estadia na Inglaterra, na Universidade de Luton, que era mais acessível – a Inglaterra é inviável para morar quando não se tem financiamento. Fiquei sediada em Luton, mas viajava para buscar material em Cambridge e Oxford e, sobretudo, na British Library. Fiquei deslumbrada com as possibilidades de pesquisa por lá: pude conhecer os manuscritos do Locke, na Bodleian Library, e, principalmente, tive meu primeiro contato com a Escola de Cambridge, que me marcou profundamente. Foi o momento do contato com *Meaning and Context,* organizado por James Tully, que me conduziu a Quentin Skinner. Desse contato vieram as fundações metodológicas de que precisava para dar corpo às posições que eu defendia...

CA: *A relação com a história, as comunidades de debate.*

RK: Exatamente. No caso, a importância do contexto e da reconstrução histórica. O encontro com a Escola de Cambridge – e com a *History in Context* – foi fundamental; saí de lá com um material muito grande. Na sequência, fui para a França, para *Aix-en-Provence*, porque tinha a intenção de trabalhar com o Jean Quidort e em *Aix* estava o Gérard Lebrun, que tinha vínculos fortes com a USP. Fui para lá porque era conveniente: a biblioteca era muito boa e passei um tempo cursando língua francesa e aproveitando para colher material; mas em França eu não me demorei tanto, passei quatro meses apenas. A esta altura, eu já estava fora há dois anos e era hora de decidir o que iria fazer. Voltei ao Brasil e na primeira conversa com meu orientador, o Oliveiros [da Silva Ferreira], contei o que tinha recolhido de material, ao que ele disse: "Minha cara, não tem mais nenhum cabimento você fazer isso no mestrado. Por que não vai logo para o doutorado?" e eu respondi que precisava defender o mestrado e ainda faltava um bom pedaço. Ele então propôs: "Vamos pensar no doutorado-direto".

CA: *Tinha essa possibilidade institucional.*

RK: Havia. Ele cuidou disso e ingressei no doutorado-direto. Apresentei projeto à Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] e fui bolsista pelos quatro anos e meio seguintes, que era o tempo permitido ao doutorado-direto. Graças à Fapesp, pude encerrar com dignidade o meu doutorado. Defendi em dezembro de 2000; dois anos depois, o trabalho foi publicado pela Humanitas. Por que fiz esse longo percurso? Porque ao longo de nossos debates, lá no IEA, entendíamos que a teoria política medieval era uma área interessante e que estava para ser aberta no Brasil.

CA: *Foi ali que você pôde amadurecer essa ideia?*

RK: Eu já estava trabalhando nesse tema e apresentei um *working paper* que está publicado, não me recordo em qual caderno, intitulado "Soberania: a construção de um conceito". Ele tem o nome da tese, pois era o "resumão" dela. Havia uma comunidade de pessoas que comungava da ideia de que teoria política medieval era um ponto que devia ser incluído na Ciência Política.

CA: *Como isso não era muito discutido, imagino que deva ter sido muito importante para você encontrar esse respaldo no grupo. Mais uma vez estou falando isso, porque quero reiterar o quanto as nossas formações são marcadas por grupos e por esses momentos de interlocução.*

RK: Sim. Sobre esse ponto, tenho algo a falar sobre a USP. As áreas hoje cresceram tremendamente e se profissionalizaram muito. Mas, nos anos 1980, a USP ainda tinha um ar de pequena comunidade. Todo mundo se conhecia na FFLCH; e depois que você passa cinco anos em uma instituição, acaba criando amizades, aproxima-se mais de algumas pessoas. Era incrível! Um ambiente muito legal. Havia o clube dos professores, no qual nós, alunos, éramos convidados para almoçar ou para um *happy hour*. As conversas eram interessantíssimas, muitas vezes formativas mesmo. Tínhamos muito contato e acesso aos professores. Claro que nem todos os professores eram amigos íntimos; mas havia uma coisa bonita nessa geração, porque eles viam formação não somente de uma maneira técnica. De certa forma, eles terminavam por nos "formar" também como seres humanos e isso eu acho que já não está mais disponível. Eles nos integravam. Havia também um acompanhamento e um trato humano que era muito valioso. O lado perverso daquele modelo é que, realmente, a universidade era muito elitista. Isso, contudo, não elimina o fato de que, para muitas pessoas da minha geração, a passagem pela universidade foi, tenho certeza, uma escola de vida.

CA: *Interessante*.

RK: A USP tinha essa característica de ser muito integradora dos seus jovens futuros pesquisadores. Faço parte de uma turma muito interessante, a de 1987; uma parte não desprezível dela ficou na academia ou ligada à pesquisa, como Fernando Abrucio, Rogério Arantes, Ângela Alonso, Piero Leirner, Ricardo Sennes, André Pinto Pacheco, que agora está a serviço do Itamaraty, Antonella Tassinari e tantos outros colegas queridos de tempos idos... Enfim, nessa turma, muitos abraçaram a carreira acadêmica. E nossos professores foram muito rápidos, rapidamente sacaram isso e nos abraçaram. Todos nós fomos abraçados ali de alguma forma.

CA: *Você citou nomes. Gostaria que me dissesse o seguinte: você acha que essas relações eram frequentes com as várias turmas ou foi algo da turma de vocês? Porque, às vezes, ocorre uma química especial com certas turmas.*

RK: Parece falta de modéstia isso, mas eles mesmos nos diziam que éramos uma turma diferente. E de fato talvez fôssemos, porque nós disputávamos posições com os professores em sala de aula de uma maneira incomum nos debates. Éramos muito combativos; chegávamos até mesmo a apontar deslizes ou erros dos professores durante as aulas. Eles nos respeitavam, até porque estudávamos... (risos) Quando a Ângela [Alonso] resolvia discordar dos professores de Sociologia, nossa, era muita saia justa! O André Pacheco também: muito calmo, mas quando levantava a mão para falar alguma coisa, já sabíamos que viria uma paulada. Combativa talvez seja uma palavra errada, porque nós não estávamos lutando contra os nossos professores. Éramos dedicados, levávamos o curso muito a sério. Foi uma turma para a qual a profissionalização era muito importante, de uma maneira que não sei explicar, e isso teve repercussões mais tarde. Mas deixe-me te dar espaço senão...

CA: *Acho que dessa primeira parte da entrevista só falta falar um pouco o quanto pesou ou se pesou o apoio institucional, contar efetivamente com o apoio institucional para seguir na sua trajetória. Você falou da bolsa Fapesp, que foi fundamental para você realizar seu doutorado, mas quase não mencionou isso. Queria que você falasse um pouco mais disso.*

RK: Carla, foi até bom você me cobrar: há algo que considero importante dizer sobre isso. Por razões particulares, que não vou aprofundar aqui, eu acabei fazendo parte de redes e/ou circulando em vários países, sobretudo, na Europa e, por causa da pesquisa do Andreas, conheço um pouco também o caso da Índia. Essas experiências e contatos com universidades e pesquisadores de instituições estrangeiras me fez constatar algo que gostaria de deixar registrado nessa entrevista, porque temos a tendência de dizer que, por aqui, está tudo sempre errado, que é tudo muito ruim. Considero o Brasil extremamente generoso, ou era pelo menos até agora, em termos de investimento em recursos humanos para a pesquisa. Quase não existe país europeu que forneça condições para o estudante de classe média e baixa – bolsistas, portanto – como o Brasil. São poucos os países do mundo que sustentam estudantes como fazemos aqui, nas universidades públicas, claro. Os americanos têm uma tradição dos *grounds* nos *colleges*. De fato, eles têm, mas são bolsas acompanhadas de uma série de condições e contrapartidas. Acho o nosso modelo mais amplo e mais democrático – pelo menos, até agora. Temos bolsas de iniciação científica, nunca vi isso na Europa. Eles têm a Erasmus, que é uma outra proposta; mas uma bolsa para iniciar o aluno na ciência? Para a produção científica, temos apoios incríveis, que precisam ser valorizados e elogiados! Bolsa por quatro anos, com a qual você possa sobreviver com alguma dignidade, não existe em qualquer lugar. Nunca vou me esquecer dos meus R$ 2.400,00 reais, era incrível. Tem bolsa na Europa? Tem, mas é pequena, ajuda de custo; não dá para viver disso. Aqui, no Brasil, dava

para sobreviver com a bolsa de mestrado, na minha época; é verdade que agora está muito defasada, precisa há anos de reajuste.

CA: *Agora mudou muito.*

RK: Lamentavelmente, tudo indica que esse sistema de formação de quadros vai ser extinto. Antes, conseguíamos sobreviver com a bolsa de mestrado e doutorado.

CA: *E nos entregarmos efetivamente para a pesquisa.*

RK: Sim, era possível realizar o sonho de vida e desenvolver o talento de pesquisador. Agradeço imensamente à Fapesp, Capes e ao CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], do qual sou bolsista até hoje. Temos um sistema de financiamento, a meu ver, bastante inteligente e sofisticado, que pode – e deve – ser melhorado, claro; mas que possibilita de fato o aproveitamento dos cérebros disponíveis, muito deles oriundos de classes populares que, sem tais recursos, jamais poderiam formar-se, contribuir para o avanço da ciência e tecnologia no país nas mais diversas áreas do conhecimento.

CA: *Como foi sair de São Paulo e vir para a UEL [Universidade Estadual de Londrina], como foi essa opção? Em que momento essa mudança de ambiente, estado e cidade se colocou como uma alternativa para você? Me conta um pouquinho disso, agora?*

RK: Alternativa não houve, Carla. Defendi o doutorado no momento em que Fernando Henrique Cardoso – o nosso grande sociólogo – estava no poder. É de domínio público que ele enxugou em quase um terço o quadro das universidades, por meio de expedientes como a não contratação: as pessoas iam se aposentando, morrendo e não havia novas contratações. Em paralelo a isso, houve aquele processo de abertura dos inúmeros programas de pós-graduação nas universidades centrais e periféricas. O trabalho era muito, mas as vagas estavam represadas. Quem estava trabalhando, já o fazia em carga quase dobrada, depois triplicada. Sou fruto, exatamente, daquele contexto em que os concursos públicos estavam praticamente suspensos. Me doutorei naquele contexto. Andreas, que havia feito um segundo doutorado no Brasil, agora em antropologia social, também estava na fase de prestar concurso. Estávamos os dois ali pensando "E agora?! E os concursos?!", e não ocorreram muito concursos. De antropologia ainda abriu mais; ele acabou passando na Unesp-Marília e lá começou a carreira. Eu comecei na Unifai [Centro Universitário Assunção], em 2001, trabalhando na rede privada, e já percebi, de início, o que ia ser a exploração como professora horista. Pensei comigo mesma que não tinha estudado tanto para ficar submetida a esse tipo de lógica, sem ter tempo para pesquisa ou qualquer outra coisa. Tentaria a pública! Havia concursos às vezes para professor substituto, um até na USP, inclusive. E pensei: "Não quero entrar com substituta, não vou fazer isso". Eu era contrária à ideia de entrar como substituta, porque considerava precarização. Se meus colegas daqui ouvissem isso hoje! "Raquel, precarização?" Sim, lá atrás já achava isso (risos).

CA: *Imagina agora que são boa parte do quadro atual das nossas instituições.*

RK: É... Portanto, me recusei a prestar esse tipo de concurso, porque queria uma vaga. E a primeira instituição na qual surgiu uma vaga foi a UEL – e demorou para abrir. Quando abri o mapa para ver onde ficava – o Andreas já tinha passado em Marília e com a nossa ignorância em geografia, que é enorme; os filhos da ditadura não sabem nada de geografia e eu sou uma delas –, pensei: "Nossa, tão pertinho! Vou prestar!" (risos). Depois descobri que o percurso entre uma cidade e outra leva pelo menos duas horas e meia de carro, não era tão coladinho como havia imaginado! Vim para cá. E

o Andreas também tinha muita resistência a ficar em São Paulo – e creio que isso já se junta ao outro bloco, sobre a influência da vida privada na vida profissional. Andreas não queria ficar de maneira alguma em São Paulo. Ele é vienense, e os vienenses são, de maneira geral, um tanto provincianos. Eles gostam de boa vida, mas não gostam de trânsito, cimento, buzina, barulho, essas coisas. Era uma briga mesmo, uma guerra; ele já havia morado comigo em São Paulo por mais de dez anos e eu, tampouco, queria morar em Marília, que era muito pequena, muito diferente para uma paulistana. Vim morar em Londrina, que é uma cidade bastante aprazível, e ele adorou. Mas o plano era estarmos de passagem em nossas instituições. Eu até achava justo que as pessoas formadas nos grandes centros tivessem de passar um tempo em universidades não centrais, mais "periféricas", inclusive, para conhecer outras realidades, para compreender que nem todo lugar é uma USP, que os recursos são precários e também para entender como esses locais operam. Era para ter sido um lugar de passagem e acabou se tornando mais do que isso por várias razões. Até passei, uns anos mais tarde, em concurso da UnB [Universidade de Brasília] e o Andreas, meses antes, na UFBA [Universidade Federal da Bahia], mas nós fomos estrategistas ruins, no sentido de não termos concebido que talvez um tivesse de ir à frente do outro. Ele podia ter ido para a UFBA sozinho; oito meses depois, eu tinha passado na UnB. Era só pedir "junção de corpos" – a esta altura, já tínhamos formalizado civilmente a união. Mas não fomos capazes de fazer esse movimento; o tempo foi passando, subimos nas nossas respectivas carreiras e foi ficando mais difícil sair. E assim estamos até hoje: ele em Marília e eu na UEL. Mas você tinha feito outra pergunta.

CA: *Você pensou que era um intervalo e ficou porque se estabeleceu aqui e houve a questão da carreira...*

RK: Talvez seja importante falar da minha chegada à UEL. Preparei-me durante longos anos para atuar na área de teoria política medieval. Vim para a UEL e dei de encontro com um departamento de Ciências Sociais no qual havia apenas cinco professores de Ciência Política, todos especializados em contemporânea. Todos se julgavam da teoria política e estavam vinculados a algum tema de pesquisa de Marx para frente; o que se dava aqui era, no máximo, Maquiavel e Rousseau, por conta das possibilidades. Era o que havia no curso, o que os docentes que estavam aqui dominavam. Por outro lado, os alunos tinham uma formação bastante sólida em Marx e Gramsci, e também liam Tocqueville em virtude da especialidade de uma das colegas. Para dar um curso de teoria política medieval, eu precisava de uma discussão um pouco mais aprofundada sobre o que eram as posições de um Maquiavel, de um Hobbes, de um Locke, de um Montesquieu ou um Rousseau, para poder levar os estudantes a compreenderem por que a teoria política medieval era importante. Mas não havia quem desse essas coisas; o que poderia ser feito? Existem dois tipos de profissionais: aquele que abraça a sua especialidade e vai em frente, vira um *scholar* e nunca mais abandona aquilo, esteja onde estiver e esse é o meu marido: há trinta anos ele estuda questões afro-brasileiras, com ênfase em racismo, escravidão, branqueamento etc. Há trinta anos ele só lê, pesquisa e faz isso; esteja onde estiver, provavelmente, fará isso. E há aquele que é sensível demais ao contexto, acho que esse é o meu caso.

CA: *Você vai absorvendo as questões.*

RK: Me perguntava como podia ser útil ali. A primeira coisa foi caminhar para o tema ofertado no curso que estava mais perto de mim: teoria política moderna era algo que eu poderia fazer. Comecei a estudar a fundo Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Burke, enfim tudo aquilo que aprendemos como pensadores modernos da teoria política. Tinha aprendido essas coisas com algum grau de profundidade na filosofia – tinha sido aluna do Rolf Kuntz, do Giannotti, da Marilena, do Ruy Fausto, do Paulo Arantes, do Porchat. Enfim, tinha material e sabia por onde fazer isso.

Passei cerca de seis anos preparando e aperfeiçoando o que hoje equivale aos nossos dois primeiros semestres do curso: pensamento político moderno, de Maquiavel a Hegel, Tocqueville e Stuart Mill.

CA: *Engraçado, porque sua trajetória foi mostrar, justamente, que eles não eram protagonistas sozinhos! (risos)*

RK: Pois é. O mundo dá volta... Mas faço absoluta questão de começar, quando dou a disciplina introdutória, lá nos gregos; e faço uma boa passagem por medieval antes de introduzir Maquiavel. Os primeiros anos da minha carreira docente na graduação foram dedicados a estudar e consolidar esse curso.

CA: *Esse curso já existia na grade?*

RK: Em parte, já. Logo depois do meu ingresso, tivemos de discutir um PPC [Programa Pedagógico de Curso] novo e o formato foi então devidamente assentado nas ementas. Acabei materializando esse percurso naqueles artigos publicados na [revista] Espaço Acadêmico, da UEM [Universidade Estadual de Maringá] – em uma série de artigos para o segundo grau sobre os clássicos da política. Foi inspirada nas minhas aulas das disciplinas de primeiro ano que ministrei na graduação que preparei aquele material para colégios. Em 2007, saí em estágio pós-doutoral: estava na hora de reciclar. Percebia uma dificuldade: estava me matando de estudar teoria política moderna, mas tinha uns poucos orientandos. Isso porque os alunos queriam estudar temas candentes, como as cotas, terrorismo, movimentos sociais... Nessa época, milhares de coisas que estavam acontecendo no Brasil. O debate sobre gênero ainda não tinha entrado na agenda da maneira que entrou depois de 2010; vejo um corte importante ali. Havia um monte de coisas acontecendo e eu não tinha o que falar! Meu Hobbes e meu Rousseau até podiam sugerir algumas inspirações longínquas, mas o meu compromisso metodológico forte com a história não me permitia operar uma aproximação mais forte. Nesse momento, percebi que era preciso me aproximar mais da teoria contemporânea caso eu não quisesse "morrer na praia" como professora de Ciência Política, que atuava na área de teoria política, em um curso de Ciências Sociais. Mesmo na pós-graduação, ninguém entrava no mestrado em Ciências Sociais para estudar Hobbes! Tive uma orientanda de fato, a Juliana Cerezuela, muito querida, que quis estudar Rousseau. Mas só. Fui para o *pós-doc* com um projeto para estudar teoria política contemporânea, mas sem abandonar a questão do estado e da soberania; a isto acrescentei o tema dos direitos humanos, porque era o assunto que mais me permitia fazer a ponte entre a Idade Média e o começo da Era Moderna, que é quando nasce a ideia de direitos inatos, inalienáveis, do ser humano – Guilherme de Ockham, e depois Pico della Mirando, proporcionam os primeiros alicerces para essa ideia que será desenvolvida mais tarde por John Locke e tantos outros. Hobbes também tem um papel fundamental nisso, que foi ter fundamentado a ideia do indivíduo portador de direitos como uma unidade de análise última, seguindo Galileu, como átomo em que podem ser decompostas todas as relações sociopolíticas. A ideia de direitos humanos, ao lado das noções de estado e soberania, me permitia adentrar a teoria política contemporânea ancorada, de alguma maneira, na minha formação inicial e nos estudos daqueles últimos anos passados na UEL.

CA: *Aí você se aproximou da teoria política contemporânea a partir dos direitos humanos, que te permitia fazer essa ponte.*

RK: Isso. Direitos humanos constituía um tema muito óbvio. Já tinha começado meu contato com essa problemática anteriormente, em 2003 e 2004, em uma parceria com Andrei Koerner, da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], que também estava estudando isso naquela época, e era um bom amigo. Fui fazer um *pós-doc* em torno desses temas, como lidar com essas questões

conceitual e teoricamente na contemporaneidade. Mas sempre com uma matriz e viés histórico. Até então não tinha lido com a seriedade necessária e muito menos registrado o lugar e o papel de [Jürgen] Habermas na teoria política e social. Foi nesse primeiro *pós-doc*, em 2007, que me encontrei com o Habermas da teoria do agir comunicativo, e percebi que ali havia uma coisa muito importante a aprender. Gastei alguns anos estudando o autor para começar a entender um pouquinho o debate contemporâneo. Obviamente, me vi obrigada a estudar também seus interlocutores principais, sobretudo a discussão com [John] Rawls. Na *London School,* encontrei muitas pessoas que estudavam o assunto; frequentei a disciplina do Paul Kelly, do Chris Brown, do [David] Held, enfim, havia muita gente discutindo essas coisas por lá, no departamento de governo. Voltei para o Brasil com um material imenso! Tive a oportunidade de ouvir a Butler, mas naquele momento não dei nada por ela, achei-a esquisita, não entendi nada do que ela falou – mal sabia que ia me apaixonar por essa mulher! Mas bem antes disso, nos quatro ou cinco anos que se seguiram, pus-me a estudar com afinco Habermas, Rawls, os "comunitaristas", os neorrepublicanos... Enfim, procurei mapear o debate da teoria política contemporânea, ao menos no que dizia respeito aos pensadores e correntes já consagrados.

CA: *Teoria política contemporânea na veia.*

RK: Sim, debrucei-me sobre a teoria política contemporânea, sempre a partir do debate de Habermas com seus interlocutores. Até porque me parecia, até ali, a teoria mais convincente disponível tanto em termos analíticos, quanto em termos históricos, e que respondia às minhas perguntas e demandas intelectuais. Fiquei um bom tempo trabalhando esse panorama mais amplo e construindo meu primeiro curso de teoria política contemporânea, que foi isso. Depois, embora tivesse tido contato com Foucault lá atrás, na graduação, vim a ter de enfrentar os pós-estruturalistas, quando fui estudar a crítica ao *mainstream* da teoria política, que foi o tema do meu segundo *pós-doc*, feito desta vez na Alemanha, em 2012-2013. Quando comecei a investigar a crítica a todas essas "narrativas hegemônicas" na teoria política, me deparei, primeiro, com as feministas radicais e, em seguida, com pós-estruturalistas, pós-fundacionistas, pós-coloniais etc. Por isso, decidi fazer o *pós-doc* com o Sérgio Costa, no LAI [*Lateinamerika-Institut*], que naquele momento estava estudando também os pós-coloniais. Ali, conheci inúmeras pessoas incríveis que me abriram um outro milhão de possibilidades.

CA: *Na teoria política contemporânea?*

RK: Isso. Voltei estudando os pós-coloniais e de-coloniais; agora, estou tentando entender os pós-estruturalistas. Preciso estudar mais a fundo Derrida, um movimento que ainda não fiz, porque fui para Butler, Mouffe, enfim, entrei pela teoria política feminista. Mas meus investimentos de maior fôlego nos próximos anos serão Derrida e Foucault.

CA: *Hoje, no seu Lattes, aparecem como suas áreas de interesse a teoria política feminista e os debates de gênero. Quando eles entram no seu horizonte?*

RK: No meu horizonte entraram em 2009, quando escrevi meu primeiro artigo sobre o assunto, que foi "O gênero do público", com Raissa W. Ventura e André L. Silva. Como já mencionei, estava claro para mim que esses temas contemporâneos eram o que a meninada nas Ciências Sociais demandava e até mesmo precisava para lidar melhor com problemas sociais emergentes, como a discriminação e a violência contra a mulher, que, finalmente, adentravam o debate público nesse país tão resistente à (auto)crítica. Demorou demais a entrar na agenda política.

CA: *A demanda dos alunos também te leva um pouco a isso.*

RK: Sim. Depois de seis ou sete anos, caminhei novamente para outras temáticas de pesquisa. Primeiro, dei os primeiros passos em contemporânea pela via da teoria democrática: fiz um percurso que começava com Tocqueville, Stuart Mill e Weber, passava pelos elitistas, pluralistas, participacionistas, para terminar com a o debate sobre deliberação nos anos 1990. Essa disciplina, *Teorias da Democracia*, fez algum sucesso; tive alguns orientandos, mas não gerou um grande volume de pesquisas, principalmente, eu creio, pelo fato de eu não ter pesquisa de campo na qual aplicasse alguma dessas abordagens. Ao mesmo tempo, dei prosseguimento àquele investimento nas vertentes da teoria política contemporânea; aos poucos, começaram a aparecer alunos muito talentosos e interessados, alguns com pendor para a filosofia. Eu insistia que era preciso perceber que teoria política contemporânea não é exatamente filosofia política. Procurava mostrar que, para a teoria política contemporânea ser devidamente processada e utilizada dentro das Ciências Sociais, talvez fosse mais interessante ela ser ligada a algum tema. É importante que não apenas falemos sobre os autores da área de teoria política, mas que escolhamos um foco. Nesse contexto, surgiu uma aluna, que começou comigo em 2006, fez o primeiro ano todinho comigo, se destacou em sala de aula e acabou se tornando minha parceira intelectual, que é a Raissa Ventura. Uma pessoa muito capaz que se doutorou agora na USP e daqui a pouco será nossa colega. Ela teve grande interesse no debate de gênero, porque estávamos estudando filosofia política contemporânea e lemos no grupo o [Will] Kymlicka; inclusive, foi por meio desse autor que percebi também estar tentando a filosofia fazer esse movimento, de ligar grandes cânones a problemas sociais. Aqui, no Brasil, temos o [Alessandro] Pinzani, com o tema do sofrimento social, o Rúrion [Melo], com movimentos e ocupações nas escolas. É possível encontrar profissionais formados na filosofia preocupados com temas e, nesse sentido, é até interessante, porque esse viés cruza com a minha reivindicação de que a teoria que se faz na Ciência Política deveria ser temática. Tenho um exemplo que ilustra muito bem o problema: andando pelos corredores da UEL, cruzei com um colega muito querido que, jogando conversa fora, me disse: “Gosto muito de teoria, adoro o John Rawls; ele faz o tipo de teoria que tem sentido para mim”. E completou: “Mas, fora Rawls, não entendo uma palavra do que os teóricos políticos escrevem”. O meu sininho soou. Perguntei-lhe por que, e ele me disse: “Ah, porque vocês ficam lá nos autores e não tenho como aplicar aquilo!”. A minha ficha caiu! Nós temos um curso de Ciências Sociais, a Ciência Política é um pedaço razoável desse curso. Se quisermos manter isso, a teoria política que se faz tem de ter uso e ser capaz de dialogar com sociólogos e antropólogos, senão ficaremos nesse eterno monólogo entre as três áreas, o que nós temos experimentado já há algumas décadas. Não vejo problemas em desejar ser filósofo, querer estudar John Rawls e todas as implicações de sua obra; mas tenho insistido que uma teoria política profícua para as Ciências Sociais deveria tentar recortes mais temáticos: Estado, direitos humanos, migração, gênero, democracia. Se assim fizéssemos, teríamos muito mais a oferecer aos colegas sociólogos e antropólogos do que apenas falar de um autor e de toda a sua fundamentação, mesmo que com enorme propriedade. E eu, particularmente, acho que é possível, inclusive, fazer essas duas coisas de maneira competente: ter um recorte temático, dando um recado teórico, com muita fundamentação, mas sustentando uma posição que sociólogos e antropólogos podem se sentir tentados a adotar. Venho tentando fazer isso já há algum tempo, embora em um ou outro artigo dispute uma ideia ou fundamentação neste ou naquele autor. Mas acho importante termos uma entrada temática sólida. Acredito que essa é a maneira pela qual a teoria política mais poderia prosperar no Brasil e na Ciência Política.

CA: *Raquel, vou pular um pouco o bloco dois para ir ao três, pois você falou de uma questão que remete a ele, que é sobre como você avalia os caminhos da academia e mais especificamente o campo da Ciência Política nas últimas décadas. Suas virtudes, limites e sua própria contribuição nesse campo, acho que você já está nesse tema. Depois volto para o conjunto de questões do bloco dois.*

RK: Por onde você quer que eu comece?

CA: *Fazendo uma avaliação sobre o campo da Ciência Política – de suas virtudes e limites – e falando da sua posição nele, de sua contribuição. Talvez falando a partir da teoria política, mas não só dela.*

RK: Carla, de verdade, não sou capaz de dizer qual é o meu lugar nesse campo.

CA: *Sua contribuição...*

RK: Não seria capaz. Lembra que no começo de nossa conversa falei de como evito o excesso de especialização? Acho que minha trajetória, mesmo que tenha a ver com a UEL e a minha capacidade de adaptação ao meio, tem também algo que reflete uma coisa muito forte dentro de mim, que é a de não ser especialista em um micrograo. Não que isso seja ruim. Essas pessoas especializadas em um microcampo são fundamentais para iluminarem e trazerem informações que eu jamais poderia alcançar sozinha. Essas pessoas são incríveis e fundamentais, não nego isso. Mas os generalistas também têm lá o seu papel. Acho que me especializei em oferecer visões amplas de fenômenos, por exemplo, da teoria política, do campo. Certamente, há pessoas que dizem que isso é muito genérico e que, no fundo, faço uma teoria política que é meio vaga. Sim, não tiro a razão desses colegas especializados. Mas, para os estudantes, ter uma visão do campo minimamente qualificada e que permita fazer nexos, passeios pelas principais teorias, pelas principais ideias, podem ser muito interessantes. Acho que meu papel é formativo. É um papel que reconheço como significativo na minha vida: formar alunos e pesquisadores. Tenho um grupo de pesquisa que fez 15 anos, o Getepol [Grupo Estudos em Teoria Política], pelo qual tenho imenso carinho.

CA: *Na UEL?*

RK: Isso. Hoje é um grupo nacional. "Nasceram" todos na UEL, mas estão espalhados em Brasília, Bahia, Piauí...

CA: *E vocês mantêm algum contato?*

RK: Nos reunimos duas vezes ao ano aqui.

CA: *É incrível.*

RK: Esse grupo é a menina dos meus olhos nesse sentido. Dediquei a minha vida profissional a formar pesquisadores. Sou cientista, sou curiosa, tenho mais perguntas do que respostas; tenho poucas convicções e muitas questões; cedo a um bom argumento, mesmo que ele vá em sentido contrário à minha convicção prévia. Me vejo muito no campo da pesquisa e, talvez por isso, eu falhe como militante de vez em quando; mas talvez esse seja o preço e o limite quando se tem uma vocação. Tenho essa vocação e acho que nisso contribuí um pouquinho, não muito, mas o pouco que contribuí é alguma coisa. Esses profissionais são sérios, muito competentes e terão seu lugar na produção científica do país. Então, é um tijolinho! É o meu tijolinho.

CA: *Excelente, Raquel!*

RK: O grupo é pequeno, mas está aí. Há ainda uma coisa que pela qual venho brigando, embora obviamente eu não seja a única – a [Flávia] Biroli está aí lutando por isso, você, a Marlise Matos, a Celi Pinto etc. Há muitas mulheres atuando em campos distintos, umas na teoria democrática, outras nas instituições, outras ainda, como eu, na teoria política, bravamente empenhadas em sustentar e mostrar que os estudos feministas e os debates de gênero – que são áreas de pesquisa muito sérias em outros lugares, que dispõem até mesmo de institutos próprios, como o ZIFG [*Zentrum für Frauen- und Geschlechterforschung*], na Alemanha – já têm tanto conhecimento acumulado que podem conformar um campo teórico próprio. Costumo dizer que o que faz avançar de maneira tão rápida e acelerada os debates feministas são as feministas. A pior inimiga de uma feminista é outra feminista. As feministas brigam entre si de se matar, por coisas às vezes minúsculas.

CA: *É um campo grande.*

RK: Elas tentam, de todas as maneiras, defender seus peixes. E estas brigas dentro do campo feministas têm sido, em minha opinião, fundamentais para que o conhecimento na área avance a passos de gigante.

CA: *Compartilho da sua opinião.*

RK: Há algum tempo eu venho sustentando e escrevendo em meus artigos que se pode falar em uma *teoria política feminista*; porque os estudos feministas dispõem, hoje, praticamente de um *corpus* teórico próprio para explicar as suas preocupações e questões.

CA: *Para explicar o mundo.*

RK: A última disciplina optativa que criei se chama "Feminismos, gênero, e crítica social na teoria política contemporânea". São quinze aulas; começo com uma introdução histórica, mas já vou logo para o feminismo radical da dicotomia público-privado. A partir daí, procuro abordar, a cada aula, uma crítica diferente das feministas a cada uma das áreas do conhecimento – à Filosofia Moral, à Psicanálise, à Antropologia, à Teoria Política, à Filosofia da Ciência, e assim por diante. A ideia é mostrar como os estudos feministas produziram críticas a quase todas as áreas do conhecimento, chegando até mesmo à própria episteme ocidental! Estamos muito bem munidas de fundamentações teóricas para defendermos os nossos pontos de vista. Eu não duvidaria que está no caminho de se tornar um campo do conhecimento alternativo, um campo teórico do conhecimento próprio, uma teoria política feminista.

CA: *Como você avalia a sua condição de mulher na academia e na Ciência Política em específico? Você já falou que a primeira é um mundo muito masculino. No exercício dessa profissão de um universo tão masculino, você já enfrentou dificuldades por ser mulher?*

RK: Acho que nenhuma das mulheres que vocês irão entrevistar deixará de ter uma história terrível para contar. Nenhuma. Primeiro, porque o mundo ainda é muito masculino. Em segundo lugar, porque a Ciência Política é especialmente masculina. Já melhorou muito, mas na época em que estava na graduação era um mundo profundamente masculino. Tínhamos na USP umas quatro ou cinco mulheres no departamento e muitos homens. Hoje são cinco mulheres e dezoito homens. Havia – e continua havendo – uma sub-representação absoluta! Também, a subalternidade a que as mulheres eram/são relegadas... Fico imaginando o que não foi a geração da Celinha Quirino, da

Paula Beiguelman, daquelas mulheres que eram estrelas absolutamente solitárias. Elas devem ter sofrido coisas terríveis! Falo porque, apesar de ter passado por lá nos anos 1980, portanto, décadas mais tarde, também vivi saias justíssimas com certos professores. Você me perguntou se sofri discriminações de gênero. Sofri muitas discriminações de gênero na minha trajetória, desde a época de aluna. Hoje se tem uma palavra para isso: *assédio moral*. Como várias das minhas colegas, fui muitas vezes vítima de assédio moral. Jamais esquecerei uma experiência em particular: estava no balcão do cafezinho dos professores, convidada por algum docente, quando veio caminhando pelos corredores um professor daqueles do time dos "durões" despachados. Era uma tarde quente de verão; eu usava uma regatinha e saia no joelho. Ele se aproximou do balcão, cumprimentou a todos – eu era a única mulher ali –, olhou para mim e disse, na frente de todos os presentes: "Escuta aqui, você não vai depilar esse braço e essa perna?! É um nojo isso aí, uma mulher com esse monte de pelos embaixo dos braços e nas pernas!". Lembro-me que fiquei pálida, senti-me humilhada. Segundos depois, fui tomada de um furor enorme, queria esmurrar o professor, mas a única coisa que consegui dizer, de tão passada, foi que os pelos e o corpo eram meus, e que quem decidia o que fazer com ele era eu, mais ninguém. Retirei-me imediatamente protestando contra a grosseria; ele continuou com as gozações e comentários insultuosos. Ninguém, absolutamente nenhum dos presentes, me defendeu ou falou algo; apenas riram sem graça. Hoje, ainda bem, qualquer aluna processaria por assédio moral. E acho muito bom que seja assim. E olha que a academia ainda é um lugar privilegiado; há relativamente muitas mulheres na universidade, quando comparamos com outros setores e outras atividades profissionais.

CA: *Você era aluna da graduação ainda?*

RK: Era e estava indo para o mestrado. Convivi com essa criatura ainda por muito tempo. Tínhamos de enfrentar situações como essa; e não era pouca coisa, esse é apenas um exemplo. Foram muitos casos parecidos. Evidentemente, aqui também aconteceu e acontece todos os dias. Cidade pequena é geralmente ainda pior. Vou até contar outra situação peculiar. Outra característica da minha trajetória é que nunca fui uma militante aguerrida do movimento feminista. Como boa parte da minha geração, eu estava preocupada com a abertura democrática: queríamos consolidar a democracia e as instituições nesse país; gênero, portanto, não era exatamente a minha primeira preocupação. Meu pai era estrangeiro – austríaco – e fui criada de uma maneira muito diferente. Ele não tinha nada desse comportamento sexista e extremamente machista dos homens brasileiros e dos latino-americanos de uma maneira geral. Em casa, nunca tivemos muito problema com o corpo, todo mundo andava nu e isso simplesmente não era um problema. Eu nunca pus um sutiã na minha vida, achava aquilo muito desconfortável. Esse hábito nunca havia me causado constrangimentos sérios, até eu vir morar aqui. Algo que me marcou muito no meu primeiro ano de carreira foi notar que, quando os colegas paravam para uma conversa, não tiravam os olhos dos meus seios. Aquilo visivelmente incomodava os meus colegas. Na rua então, nem se fala. E a pressão social é um negócio tão forte que passei a usar essa coisa horrenda a partir daquele momento.

CA: *É mesmo, Raquel?*

RK: E o mais incrível é que, depois que passei a usar, ninguém mais olhou! A partir do dia em que passei a usar normalmente o sutiã, ninguém mais achou estranho nem ficou com vontade de olhar para os meus seios.

CA: *Como você se sente diante dessa pressão? Usar o sutiã te incomoda, não é?*

RK: Profundamente, até hoje. Mas, às vezes, para se evitar problema, é melhor ceder. Como tenho uma capacidade razoável de me adaptar ao meio, foi mais uma das coisas em relação à qual procurei me adequar. Claro que, quando sei que posso, que estou em um ambiente mais tranquilo, não uso. Mas dentro da sala de aula, do departamento e da instituição uso, porque percebo que faz diferença na forma como as pessoas lidam comigo. Não há como negar que o controle sobre os corpos é uma das marcas profundas de nossa sociedade.

CA: *Você mencionou na sua fala de forma geral e te peço para falar mais explicitamente: como você avalia e percebe a importância que vem adquirindo esse tipo de denúncia e essas demandas por cotas vindo cada vez mais à tona? Como você percebe esse processo atravessando as nossas instituições, inclusive na UEL, por exemplo? Você falou que a academia talvez seja um espaço menos árido, mas ainda assim essas demandas têm surgido e ganhado força. Qual tem sido sua experiência na UEL com isso?*

RK: Tivemos alguns coletivos feministas na UEL. A universidade tem alguma organização em termos de gênero; tenho orientandas que participam desses coletivos. Há certo ativismo na UEL, não é tão grande, mas existe. Há momentos em que se manifesta mais fortemente, quando ocorrem episódios como a morte da Marielle [Franco] ou feminicídios que ganham repercussão no país. No entanto, mais uma vez, acho que o problema de gênero no Brasil é gravíssimo e está muito subnotificado. O assédio e o preconceito ainda são imensos; os números, certamente, são muito mais terríveis do que os oficiais de que dispomos, os homicídios são muito mais numerosos, não tenho a menor dúvida. Claro, os ataques, as agressões mais violentas acabam engrossando as estatísticas. Mas as injúrias "menores", a coisa da ameaça com a faca, os tapas no rosto, as marcas roxas no corpo, enfim, o que acaba não sendo notificado, é com toda certeza medonho. Acho fundamental atentarmos para a noção de *violência estrutural* para abordar a opressão de gênero. Mas o ponto é que a subnotificação existe em vários lugares. O problema de gênero é gravíssimo não só no Brasil, é grave no mundo todo; ao contrário do que comumente se acredita, existe muito problema de gênero nos Estados Unidos e na Europa. Não é verdade que a Europa seja um lugar em que homens não agridem mulheres. É evidente que o número e a proporção não chegam aos nossos, mas há casos gravíssimos, como o daquele pai que estuprava a própria filha, que manteve trancada por anos num porão e com a qual teve muitos filhos, ocorrido na Áustria. É único? Não, não é. Lembro-me que quando morei em Portugal, em 2007, o Eurobarômetro havia feito um levantamento sobre violência contra a mulher; eles estavam apavorados porque detectaram que 35% das mulheres portuguesas sofriam algum tipo de violência de gênero. Era um número nada desprezível. Nós superestimamos a grandiosidade da Europa e dos Estados Unidos, em especial no quesito gênero. Até pouco tempo atrás, a maioria das pessoas acreditava que não havia pobre nos Estados Unidos – lá há gente morrendo de frio nas ruas; em Portugal há favela! O Seis de Maio, a Cova da Moura. Lá tem favela. Fa-ve-la! Ou melhor, "bairros de lata" ou "bairros degradados", como eles chamam. A Itália idem. Temos uns mitos na cabeça dos quais precisamos nos livrar. Não sou muito fã de Nelson Rodrigues, que era sem dúvida um sexista temerário, mas, por vezes, ele dizia umas coisas interessantes. Acho que precisamos abandonar o "complexo de vira-lata". As coisas não são e estão ruins apenas aqui. Os números aqui são assustadores e precisamos lutar com as nossas ferramentas, evidentemente, que são diferentes das que eles prezam e têm – os europeus lidam com essas coisas de outra maneira –, mas também não podemos achar que é uma especificidade nossa. Acho, sim, que a violência de gênero é imensa, que o assédio é terrível. As cotas seriam muito bem-vindas, mas, em minha opinião, não resolvem. Aqui há semelhanças com o problema do racismo: pode-se incluir mais, pode-se dar visibilidade, tentar criar consciência da discriminação. Pode até ser pedagógico, em certo sentido, é importante expor o problema na mídia, debater no

espaço público, fazer a sociedade se confrontar mais com o assunto; mas sabemos que somente pelas cotas não se resolve essas questões. É evidente que acho as cotas importantes e necessárias, mas com o devido senso crítico. É preciso ter claro que elas são apenas instrumentos temporários, paliativos; sem transformar a estrutura social que sustenta a opressão e a subordinação, aquela que opera nas mentes e nos corações das pessoas, não se muda nada para valer, eu penso.

CA: *Para fechar, vou agora para o bloco dois. Você já falou um pouco da relação entre trajetória profissional e vida privada. Você tem algo mais a dizer sobre como essas duas dimensões reciprocamente foram afetadas e se você acha que essa relação vida privada e atuação profissional sofrem implicações na diferença de gênero? Essa pergunta é sobre a sua trajetória pessoal e profissional.*

RK: São duas perguntas bem diferentes, vamos por partes. Vou começar pelo privado. Nunca somos totalmente coerentes, mas tento ser [coerente] ao máximo com os meus pressupostos e princípios. Isso se aplica à minha relação pessoal com os amigos e especialmente com meu marido. É interessante que, primeiro, eu nunca me imaginei casada com um homem brasileiro tradicional, pois tinha pavor do marido querer mandar em mim. Não ia dar certo, sou uma pessoa de personalidade forte. Tive muitos namorados e sabia, por experiência, que era bem complicado. Não foi puro acaso ter me casado com um estrangeiro, foi uma forma – nem tão inconsciente, talvez – de me defender de certos comportamentos masculinos que notava serem recorrentes nos relacionamentos das minhas amigas. Quando conheci o Andreas, logo percebi que havia todos os elementos para dar bem certo: ele era uma pessoa meiga, doce, muito da paz – e prometeu que iria cozinhar para nós, que eu não precisaria pôr o pé na cozinha! Ganhou meu coração de saída. Gosto muito dele e ele de mim, eu creio. Também não foi um acaso optar por não ter filhos. Especialmente para a mulher, ter filho é ter de abrir mão da carreira acadêmica, da pesquisa e de uma série de outras coisas que são importantes para a realização de uma pessoa. Claro, há colegas que têm dois ou três filhos. Sim, mas a quê custo?! Admiro essas mulheres que tiveram a coragem de ter filhos e continuaram investindo firme na carreira. Acho-as maravilhosas, porque, muitas vezes, enfrentam jornadas duplas ou triplas, se seus respectivos companheiros forem pouco solidários e compreensivos. Não tive essa coragem, fui covarde. O Andreas tampouco tinha vontade de ser pai; isso ele deixava muito claro. Primeiro, não tínhamos essa queda toda por crianças; segundo, pensávamos que, se fosse para ter um dia, podíamos adotar, já que há tanta criança abandonada nesse mundo; e, terceiro, a carreira que abraçamos não deixava sobrar muito tempo para outras atividades: a carreira de pesquisador e cientista é demandante demais. Ainda mais quando cada um trabalha em um estado diferente. Por fim, adoramos viajar: parte de nosso trabalho profissional foi andar pelo mundo conhecendo outras culturas e outros mundos mentais. Gostamos de passar um mês, quando possível mais, em um único lugar; de mergulhar no modo de vida das populações. Infelizmente, nos últimos anos, não tem sobrado mais tanto tempo. Gostamos muito de nos confrontar com a diversidade e, evidentemente, isso também fazia com que filhos não coubessem nesses planos todos. Imagina levar uma criança para um lugar com risco de malária e outras doenças?! Complicado e até mesmo irresponsável, talvez. Pesou bastante. Somos um casal para o qual a vida profissional e a vida privada sempre estiveram muito imbricadas. Nossos gostos e opiniões sempre estiveram estreitamente ligados aos compromissos profissionais. Brigamos e discutimos muitíssimo em viagens, porque estamos constantemente buscando "testar" os limites e a aplicabilidade de nossas teorias e de nosso repertório conceitual aos lugares pelos quais passamos, se aquele argumento se sustenta ou não diante daquela realidade. Nós nos divertimos e aprendemos muito nessas ocasiões: rolam altas disputas e reflexões sociopolíticas e antropológicas! (risos)

CA: *Que legal! (risos)*

RK: No nosso caso, a vida privada e a profissional se confundem muito. E achamos isso muito bom, não vemos por que separar. Mas, como disse, casei com uma pessoa muito diferente, especialmente diferente, para dizer o mínimo. Andreas é muito sensível ao papel de gênero e, desse ponto de vista, ele é muito mais feminino do que eu, que sou bem mais masculinizada. Aprendi muito cedo que, nesse país, mulher tem de ter falo para ser respeitada. Brincando um pouco com a questão dos papéis de gênero, sobre a qual você me perguntou lá atrás, acho que existe uma tarefa fundamental a ser levada a cabo, que é a superação da dicotomia dos papéis de gênero. E a Butler tem um papel nada desimportante nisso, seja prático, do ponto de vista da militância, seja teórico – e ela tem uma boa teoria por detrás de suas reflexões. Butler tem defendido que abandonemos tudo isso, o gênero e o sexo, e invistamos em borrar as fronteiras, em recusar definições binárias e essencializantes, enfim, que nos disponhamos a entrecruzar tudo. A proposta *queer* é, para ela, a melhor militância para alcançarmos isso. Saia de barba por aí! Barba, bigode e saia! Pinte a unha, ponha um brinco na orelha e saia de gravata e terno por aí! Vamos borrar essas fronteiras rígidas, confundir tudo isso: papel de gênero, sexualidade. Acho que tem um movimento muito forte emergindo em várias sociedades, e também aqui, que, inclusive, vem apavorando pessoas mais conservadoras. A reatividade que vimos acontecer na política recentemente não é um acaso: é reflexo do pavor que certos setores da sociedade têm experimentado ao ver pessoas fazendo isso, borrando e/ou desafiando todos esses paradigmas tradicionais. De vez em quando, me deparo com algum aluno barbudo usando saia em sala de aula; se o interpelo por "ele", logo sou corrigida: "ele não, professora, ela". Isso porque lido com gênero! É difícil desnaturalizar enquadramentos tão enraizados... Claro, depois do "pito", pergunto nome social etc. Agora, imagina o colega que não está apto a cruzar essas fronteiras nem julga que isso pode ser *okay*?! Esse é um choque muito brutal, mas que está aí. Como na minha autopercepção e nas minhas relações pessoais essa fronteira sempre foi meio cruzada, para mim, não foi um problema ver esse processo emergir; pelo contrário, agrada-me ver a "máquina social" se movimentando. Mas, por outro lado, penso que parte do retrocesso político – que é basicamente reativo, reacionário, isto é, que reage às ideias que estão transformando as sociedades – tem a ver com o modo como fenômenos como esse apavoram. Nós, profissionais das Ciências Sociais e Humanas, precisamos com urgência nos dedicar a desenvolver "tecnologias sociais e culturais" – inclusive, por meio de políticas públicas mais eficazes, voltadas para o respeito à diversidade de gênero e sexual – que capacitem a sociedade a lidar com as transformações do tempo presente. Mas, retomando o ponto, a minha vida privada e a profissional sempre foram totalmente interligadas. Como disse antes, Andreas não assumiu a vaga na UFBA e eu não assumi na UnB simplesmente porque não queríamos ter de trabalhar ainda mais longe um do outro do que já o fazíamos: vida privada decidindo a profissional! São as prioridades na vida. Isso, para mim, é muito claro: o ser humano antes de tudo, as relações antes de tudo.

CA: *Raquel, você tem alguma questão que eu não tenha feito, mas que você ache relevante que fique registrada nessa entrevista? Fique à vontade para finalizar do jeito que você quiser. E te agradeço demais por essa entrevista.*

RK: Carla, acho que falei demais e fico até envergonhada por isso! Foi muito agradável, para mim, compartilhar um pouco da minha história de vida e das minhas ideias. Muito obrigada, de verdade. Agradeço imenso o respeito e o carinho com que conduziu essa conversa.

CA: *Obrigada!*